

As mulheres e os livros: uma leitura a contrapelo de obras de referência brasileiras

Women and books: a counterintuitive reading of brazilian reference works

Samara Mirian Coutinho¹

Ana Elisa Ribeiro²

RESUMO

Neste trabalho, partimos da história das mulheres no mundo letrado, considerando as opressões sofridas por elas, para abordar, sob uma perspectiva feminista, certo apagamento de figuras femininas relevantes da narrativa sobre livro, leitura e edição no Brasil. Tomamos duas das mais importantes obras de referência brasileiras – *O livro no Brasil*, de Laurence Hallewell, e *História das livrarias cariocas*, de Ubiratan Machado –, lendo-as a contrapelo a fim de identificar as menções a mulheres do universo do livro, assim como as razões pelas quais eventualmente são citadas em tão importantes obras. Desse cuidadoso rastreio, realizamos uma breve análise quantitativa

1 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); <https://orcid.org/0000-0002-3956-4087>; samaramirian88@gmail.com

2 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); <https://orcid.org/0000-0002-4422-7480>; anadigital@gmail.com

e levantamos hipóteses sobre a atuação feminina no mundo do livro, nos últimos séculos, e sua emergência na narrativa canônica sobre a história editorial do país.

PALAVRAS-CHAVES

Mulheres na edição; Livro; História do livro; História das mulheres.

ABSTRACT

In this work, we start from the history of women in the literate world, considering the oppression they suffered, to address, from a feminist perspective, a certain erasure of relevant female figures from the narrative about books, reading and publishing in Brazil. We take two of the most important Brazilian reference works – *O livro no Brasil*, by Laurence Hallewell, and *História das livrarias cariocas*, by Ubiratan Machado – and read them against the grain in order to identify mentions of women in the world of books, as well as the reasons why they are occasionally cited in such important works. From this careful screening, we conducted a brief quantitative analysis and raised hypotheses about women's role in the world of books in recent centuries and their emergence in the canonical narrative on the country's publishing history.

KEYWORDS

Women in publishing; Books; History of books; History of women.

Considerações sobre gênero, feminismos e mulheres

O que temos entendido como «perspectiva de gênero», em alguns estudos sobre o papel das mulheres em determinados contextos, não está pacificado. Para Scott (2019), por exemplo, o uso do termo «gênero», advindo das ciências sociais, foi mobilizado com o intuito de distanciar-se do feminismo. Tal distanciamento, ora visto como tentativa de erudição e de neutralidade nos estudos acadêmicos, ora como resistência à ideia de feminismo, acaba por fortalecer o

argumento de que as feministas — e os estudos feministas — são mulheres que não performam a feminilidade e se amparam na radicalidade. Isso vale, então, como justificativa para deslegitimar um movimento historicamente necessário para caminharmos rumo à equidade, nesse sentido. Neste trabalho, admitimos que:

o termo «gênero» não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto a expressão «história das mulheres» revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos. (Scott, 2019, p. 53)

Adotaremos, portanto, uma perspectiva que assume uma posição feminista, entendendo a importância da valorização do termo e da visibilidade da luta pelos direitos das mulheres, de acordo com o que preconiza Rago (2013):

Nesse sentido, vale dizer, considero os feminismos como linguagens que não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que se referem a práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser ditado pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade compulsória.[...] uma das principais finalidades dos feminismos é libertar as mulheres da figura da Mulher, modelo universal construído pelos discursos científicos e religiosos, desde o século XIX. (Rago, 2013, p. 28)

A atuação prática (organização de convenções, protestos, mobilização para a eleição de mulheres envolvidas nas pautas e os grupos de estudos) é essencial para o avanço da luta, e entendemos, como Rago (2013), que são válidos todos os gestos que contribuem

para a libertação da mulher e sua legitimação como sujeito de direitos. Isso também retoma Simó-Comas (2019) ao abordar a atividade profissional da editora espanhola Esther Tusquets como «práxis feminista». Tusquets não se autodeclarava feminista, mas, ao escolher os títulos a serem publicados, incluindo uma coleção composta apenas por autoras, nos anos 1960, a preços populares, afinal demonstrava gestos feministas.

Cada uma das iniciativas aqui recolhidas não só contribuiu significativamente para a construção do campo cultural, como materializou uma especial sensibilidade para com o ser mulher num mundo ainda definido e limitado pelos homens. «Pretendo criar literatura, não ideologia», escreveu Tusquets nas suas memórias (2012:199), e, no entanto, houve uma carga ideológica inegável em cada uma das suas ações, seja como autora ou como editora. (Simó-Comas, 2019, p. 207, tradução nossa)

A «práxis feminista» também faz lembrar a escritora cearense Rachel de Queiroz ao se declarar, no programa da televisão brasileira Roda Viva, em 1991, como não feminista, embora sua contribuição para o avanço da mulher na literatura seja inegável. Queiroz escreveu o romance realista *O Quinze* (1930) aos 19 anos de idade. O livro já apresentava temática vanguardista na época: as mazelas da seca e da vida no sertão do Brasil. À época, a autoria da obra foi questionada, pois, para a elite intelectual, era pouco provável que um texto daquela qualidade tivesse sido escrito por uma mulher. Veja-se o que declarou o escritor Graciliano Ramos, em um dos ensaios do seu livro *Linhas tortas* (2002):

O Quinze caiu de repente ali por meados de 1930 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria

realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com esse nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado. Depois, conheci João Miguel e conheci Rachel de Queirós, mas ficou me durante muito tempo a idéia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever João Miguel e O quinze não me parecia natural. (Ramos, 2002, p. 133)

Além da sua potência literária, Rachel de Queiroz, desde muito cedo, frequentava livrarias e espaços de sociabilidade literária pouco ocupados por mulheres. Foi a primeira a conquistar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL) e a ganhar o Prêmio Camões, em 1993, obtendo assim reconhecimento internacional.

Com esses breves mas contundentes exemplos, consideramos a «história das mulheres», incluindo as que não se autodenominavam feministas, mas cuja «práxis feminista» era patente. Nossa perspectiva feminista aqui está ciente de que o termo «gênero» pode concorrer para o apagamento de algumas lutas, no entanto, quando observamos os gestos das mulheres, podemos entendê-las como inseridas em práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas ligadas aos feminismos, como defende Rago (2013). Ademais, outro ponto relevante é não considerar a mulher como sujeito universal. Depois das quatro ondas do feminismo³ (Duarte, 2019) – 1830, 1870, 1920 e 1970 –, chegamos a um momento histórico no qual as pautas não são unificadas, resultado de questionamentos do próprio movimento sobre a homogeneidade das demandas. Carneiro (2019) esclarece:

3 É importante salientar que essas ondas se sobrepõem, afinal os avanços do feminismo não aconteceram de forma homogênea, nem territorialmente, nem para mulheres de classes sociais distintas.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição leva esses sujeitos a assumir, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (Carneiro, 2019, p. 273)

De maneira semelhante, Camila Galetti e Jéssica Melo Rivetti (2023) tratam dos diferentes grupos feministas e suas pautas: decolonial, cristão, interseccional, lésbico, liberal, materialista, negro, queer, entre outras. Tendo em vista essa discussão, assumimos neste trabalho o risco de um recorte predominantemente branco e elitizado, no qual as histórias das mulheres narradas focalizam as que tinham algum privilégio. Nossa discussão se apropria das considerações de Ribeiro (2020) sobre as figuras abordadas e seus níveis de visibilidade:

[...] inenarradas (sobre quem nada ficou registrado, sem vestígios), as apagadas (sobre quem os vestígios foram, deliberadamente ou não, omitidos ou desprezados), as subnarradas (sobre as quais algo ficou registrado, mas que exige muito esforço de pesquisa) e as seminarradas (sobre as quais algo acessível já se registra e que se pode conhecer com menos investimento). (Ribeiro, 2020, p. 56)

É de se considerar que uma mulher de fora da elite tinha dificuldade (se não impossibilidade) de alcançar espaços de prestígio e, conseqüentemente, «ser narrada». Há uma incidência assimétrica do patriarcado sobre mulheres de diferentes etnias, sexualidades e classes sociais. O acesso à educação e à leitura, por exemplo, dão noção de tal incidência. Duarte (2022) aponta como isso se passa entre mulheres brancas e negras:

Enquanto os homens dominavam o espaço público, as mulheres permaneciam confinadas em suas casas, analfabetas, cuidando unicamente de afazeres relacionados à família e submetidas a uma ordem patriarcal que estabelecia sua inferioridade. Vejam, estou me referindo às mulheres da elite, pois a experiência vivida pelas mulheres negras, escravizadas ou libertas, foi muito diferente. (Duarte, 2022, p. 15)

Dão clara noção disso também os textos de Beatriz Nascimento (2019), que demonstram a subalternização da mulher negra e sua demora no acesso ao letramento. Na sociedade escravocrata, elas trabalhavam nas plantações e nos afazeres de casa dos senhores, sendo submetidas a processos de desumanização e violência sexual. Eram, desde os primórdios da sociedade brasileira, trabalhadoras que já faziam o trabalho extradoméstico, seguindo assim após a abolição da escravatura (mudanças nesse cenário só aconteceram em tempos recentes). No caso das mulheres brancas, o lar era o seu espaço, sob o jugo de uma autoridade masculina com regras de moral e bons costumes. Apesar da submissão, estas tiveram privilégios, tais como o contato com o universo letrado, ponto que abordaremos a seguir.

As mulheres na cultura letrada

O historiador Martin Lyons (2012) narra como aconteceu o processo de emancipação da mulher como leitora no norte global (Europa e Estados Unidos). Partindo do século XIX, ele aponta que elas jamais antes haviam alcançado a possibilidade das práticas de leitura, mas que, nesse período, surgiram mulheres intelectuais, «descendentes das damas com pretensões literárias do século XVII» (Lyons, 2012, p. 306, tradução nossa). Com o crescente número de leitoras, e à medida que se letravam — em institutos ou em domicílio —, passa a haver uma profusão de obras publicadas para mulhe-

res. Tais livros eram, inicialmente, de temas religiosos ou culinária; posteriormente, chegaram os folhetins e as revistas especializadas, com receitas, dicas de comportamento e moda; e, finalmente, os romances. Segundo Lyons, apesar de as mulheres não serem as únicas consumidoras desse gênero, a feminização dele servia para reforçar «as ideias preconcebidas prevalecentes sobre os papéis de gênero e as características da inteligência feminina» (Lyons, 2012, p. 309, tradução nossa). Na sociedade machista e patriarcal europeia do século XIX, «acreditava-se que os romances eram adequados para as mulheres porque elas eram vistas como escravas da imaginação, com pouca capacidade intelectual, tão frívolas quanto emocionais. O romance era a antítese da literatura prática e instrutiva» (Lyons, 2012, p. 309, tradução nossa). Dessa maneira, a mulher leitora era estigmatizada, posta num lugar de inferioridade intelectual, muitas vezes justificada por estudos «científicos» que referendavam tal pensamento⁴.

Estudos posteriores sobre as práticas de leitura do XIX validaram outras posições. O primeiro deles (citado por Lyons, 2012) foi realizado por historiadores que entrevistaram mulheres sobre seus hábitos de leitura, no período anterior a 1914, e encontram resultados como: «Eu estava muito ocupada com minhas tarefas» ou «Mamãe nunca teve um segundo de descanso» (Lyons, 2012, p. 312, tradução nossa). Segundo muitas trabalhadoras, as atividades domésticas comprometiam completamente qualquer forma de lazer. Relatavam elas que, na infância, evitavam ler por medo de punições. As demandas domésticas eram consideradas inegociáveis e ler podia fazer parecer que as mulheres se esquivavam das responsabilidades familiares.

4 Lyons (2012, p. 316) afirma: «O mundo médico corroborou estes preconceitos comuns ao sustentar que o baixo peso do cérebro de uma mulher evidenciava a sua capacidade intelectual inferior, enquanto a forma distinta do cérebro feminino supostamente denotava uma inteligência afectiva e intuitiva que nenhum homem poderia igualar. Da mesma forma, o estudo excessivo enfraquecia as mulheres, e a excitação excessiva causada pelos romances poderia causar histeria e infertilidade. Considerou-se que a leitura era muito prejudicial».

A leitura, então, entrava em choque com o ideal de «boa dona de casa». Outro contraponto aparece nos estudos de Janice Radway, que entrevistou leitoras de romances no centro-oeste dos Estados Unidos. Segundo seus resultados, a ficção romanesca proporcionava uma via de empoderamento às mulheres. As participantes manifestaram forte identificação com uma comunidade ampla e coletiva de leitoras e escritoras, além de revelarem-se críticas — desejavam protagonistas femininas autônomas, inteligentes e ativas, ao contrário de figuras passivas. Para essas mulheres de Smithton, a leitura de romances não representava uma aceitação acrítica de valores patriarcais, mas, sim, a afirmação da autonomia feminina. Mergulhar nessas narrativas era uma forma de assegurar um espaço de privacidade e afastamento temporário de seus papéis contínuos de esposas, mães e donas de casa.

Novamente, não é possível tomar um grupo de mulheres de maneira homogênea. Para certas mulheres, a situação de subalternidade era evidente, com demandas de trabalho doméstico e de famílias com numerosos filhos. A leitura não estava entre suas práticas diárias. Já para o outro grupo, a leitura era parte da “práxis feminista”, reconhecida como ato de rebeldia contra o sistema.

Processo semelhante ocorreu no Brasil quanto aos gêneros literários e ao seu consumo. Lajolo e Zilberman (1996) relacionam o início da leitura no país à construção patriarcal da família e ao crescimento da burguesia:

a valorização da vida doméstica nasceu da desmontagem de outras forças capazes de desafiar o poder maior da burguesia e do tipo de Estado, despersonalizado e distante, por ela estabelecido. Por isso, ainda que não se confunda com uma camada social, com um partido ou com uma ideia, a família constrói e consolida a sociedade burguesa, organizando-a. Para quem e para além das camadas sociais, partidos ou ideias. (Lajolo & Zilberman, 1996, p. 25)

Para as autoras, foi no regaço da família que o gosto pela leitura conquistou espaço, sendo uma prática privada e condizente com a vida doméstica. Inicialmente, tal como apontado por Lyons (2012), a leitura se fortaleceu nas obras religiosas; depois, «em suas formas mais modernas, a propagação da leitura depende ainda de uma valorização positiva do lazer, já que os livros constituíram uma das primeiras manifestações baratas e acessíveis de entretenimento» (Lajolo & Zilberman, 1996, p. 26). Considerada de maneira ampla, a leitura toma parte na realidade brasileira:

Só por volta de 1840, o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns dos traços necessários para a formação e o fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema [...]. (Lajolo & Zilberman, 1996, p. 27)

Machado (2012) reúne informações úteis para entendermos cronologicamente a presença das mulheres nos espaços de sociabilidade literária e como o público feminino se comportou no ambiente extradoméstico da leitura. O autor menciona a presença de mulheres em estabelecimentos livres já na década de 1830, quando elas já eram consideradas boas compradoras, mas suas presenças eram restritas e exigiam uma atitude discreta: «As mulheres também gostam de ver de perto o seu poeta preferido, embora com a discrição e o recato característicos da época. Além de serem os maiores compradores de literatura, elas têm outro motivo para visitar a [livraria] Mongie: os famosos ‘papéis pintados’ franceses [...]» (Machado, 2012, p. 57). Apesar de figurarem como compradoras de livros, fica claro que esses espaços eram frequentados majoritariamente por homens, para longos debates literários e políticos. A presença delas aí só acontece

anos adiante. Isso leva a crer que as mulheres poderiam até passar pelas lojas, acompanhadas por damas de companhia e familiares, mas não era de bom tom permanecer nesses estabelecimentos. Esses círculos de sociabilidade eram excludentes e reservados aos «homens de letras». Machado (2012) menciona a livraria de Paula Brito — espaço reconhecidamente prestigioso para intelectuais da época:

Assim, em sua livraria, veem-se adversários políticos convivendo amigavelmente, rindo da última piada. Ali funciona uma das mais sadias organizações cariocas, descontraída, alegre, cordial, a Petalógica, uma espécie de clube inglês, sem estatutos, temperado com a malícia e a alegria brasileira. Só entram homens, que ali vão conversar sobre tudo, fazer piadas, rever os amigos. Aos sábados, reúnem-se nos bancos da praça, defronte da loja, para longos debates sobre literatura. (Machado, 2012, p. 80)

No capítulo sobre os anos 1860, Machado (2012) afirma que «discretamente, as mulheres começam a frequentar as livrarias, com suas anquinhas, seus vestidos de crinolina, seus leques. São grandes leitoras, dando preferência à poesia e aos romances. Com frequência, fazem encomendas [...] aguardando o livro em casa». Naquela década, a entrega domiciliar de livros foi prática comum, como se lê no conto «O segredo de Augusta», de Machado de Assis, publicado em 1868: «Logo depois chegaram dois caixeiros: um com alguns vestidos e outro com um romance: eram encomendas feitas na véspera» (Machado, 2012, p. 88). Aí há registro de quando as mulheres começam a frequentar livrarias, mesmo que menos assíduas em rodas de conversa e debates. No capítulo «As livrarias cariocas no início do século XX» é que se relata o aparecimento de um público leitor e consumidor em estabelecimentos maiores, resultado da autonomização do campo livreiro. Nessa cena, há maior participação das mulheres: «São cada vez mais frequentadas pelas mulheres, quase sempre em companhia

de um filho ou de uma amiga. Algumas, mais independentes, entram sozinhas, numa espécie de desafio às convenções sociais. Ótimas freguesas» (Machado, 2012, p. 129).

Tanto em Lajolo e Zilberman (1996), quanto em Machado (2012), a emergência da sociedade burguesa tem relação direta com a necessidade de fornecer educação/escolarização para meninos. É quando as mulheres começam a participar do universo letrado, já que o ensino dos primeiros anos era visto como uma continuidade do papel de mãe e cuidadora.

A popularização das escolas normais ocorreu quando ela se transformou numa opção profissional para as moças de classe média, praticamente a única já que as demais alternativas de trabalho eram reservadas aos homens ou consideradas masculinas. Por outro lado, depois das mudanças dos anos 1870, durante a monarquia, somente às mulheres era permitido lecionar. Eis uma das razões por que o período de vida ocupado pela frequência a essas escolas determinou o aparecimento da figura da normalista. (Lajolo & Zilberman, 1996, p. 223)

Para as autoras, essa mudança acaba por incidir na literatura. Com o aumento do público leitor feminino, o estilo de livros publicados e importados começa a mudar. Lyons (2012) coincide, apontando que, para atender a um público emergente, as obras literárias passaram por transformações formais: surgiram estilos narrativos mais acessíveis, a linguagem rebuscada cedeu espaço a expressões mais cotidianas. Esse processo impactou também os modos de produção e distribuição dos textos. Intensificaram-se os debates sobre possíveis benefícios e malefícios da leitura. As mudanças no sistema educacional favoreceram a formação de leitoras, que, impedidas de socializar publicamente, tinham na leitura um dos poucos espaços legítimos de consumo cultural.

No entanto, certos gêneros literários foram alvo de críticas por, supostamente, desencadearem efeitos prejudiciais. A leitura foi tomada como hábito vicioso por desviar as mulheres das obrigações domésticas. Essa tensão refletiu um dilema educacional: ao mesmo tempo em que se reconhecia o papel fundamental da leitura na consolidação dos valores burgueses, ela também representava uma ameaça, personificada nos livros, na erudição desenvolvida e na noção incipiente de igualdade. Segundo Lyons (2012), se, por um lado, pais e maridos consideravam inapropriado que as mulheres lessem demasiado ou de forma inadequada, por outro, editores e livreiros celebravam o aumento dos lucros proporcionado por esse novo mercado consumidor. Lyons usa a expressão «faca de dois gumes» para explicar que a demanda por uma mão de obra voltada ao cuidado acabou por concorrer para a emancipação das mulheres. O aumento dos romances, a princípio, denota que esse era o maior sonho de consumo dessa população, entretanto, a leitora é imponderável: o letramento as torna aptas a lerem qualquer tipo de livro, e muitas fizeram uso dessa liberdade.

Na obra *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*, de Ana Paula Simioni (2008), afirma-se que, no cenário do século XIX, as mulheres enfrentavam grandes restrições no acesso às carreiras profissionais. As universidades eram, em sua maioria, vedadas à presença feminina até o advento da Primeira República, quando se passou a admitir alunas em cursos superiores. Entre as poucas exceções estava a prática da parteira, atividade intrinsecamente feminina. Sua relevância social contribuiu diretamente para a abertura dos cursos de medicina às mulheres em 1879, antes que outras profissões acadêmicas se tornassem acessíveis. A partir do final do século XIX e início do XX, no ambiente de reformas impulsionadas pelo republicanismo, as primeiras mulheres se formaram em medicina e direito. Essas pioneiras romperam barreiras, embora ainda constituíssem uma minoria nos primeiros anos da República. Segundo Simioni (2008), as artes

(pintura, música e literatura) experimentaram uma adesão feminina mais expressiva no início do século XX. Tal fenômeno deveu-se à percepção cultural de que essas atividades eram compatíveis com o «sexo frágil», consideradas apropriadas ao universo doméstico e conciliáveis com papéis tradicionais de esposa e mãe.

A partir das considerações já feitas, pode-se admitir que as mulheres (majoritariamente brancas e da elite social) foram autorizadas a exercer ofícios que eram uma extensão do ato de cuidar, como professora e médica, ou evoluir amadoramente em profissões passíveis de serem aprendidas e aprimoradas no lar. Isso tem relação direta com nosso estudo sobre as mulheres e o universo dos livros. No caso das escritoras, afirma Constância Lima Duarte:

Até as últimas décadas do século XIX, e mesmo nas primeiras do XX, [...] a publicação de uma obra de autoria feminina costumava ser recebida com desconfiança ou, na melhor das hipóteses, com certa condescendência pelo público leitor masculino. Afinal, era só uma mulher escrevendo, deviam pensar os que pregavam a inferioridade mental, moral e física do gênero feminino. (Duarte, 2022, p. 15)

Houve vozes dissidentes no período, primeira onda do feminismo, no início do século XIX, a exemplo de Nísia Floresta, autora de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832). A obra aborda as discussões estrangeiras sobre o feminismo e as lutas das mulheres por equidade — nesse primeiro momento, a questão fulcral é o direito à educação. Em meados do século XIX, começam as publicações de jornais fundados e gerenciados por mulheres, como o *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha. Duarte afirma que «O pioneirismo d'O *Jornal das Senhoras* e suas colaboradoras tímidas e anônimas representou, ainda assim, um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e à conscientização acerca de seus direitos» (Duarte, 2019, p. 31). A se-

gunda onda feminista, por volta de 1870, teve como pauta central o direito ao voto, num movimento de mulheres que Duarte considera «menos literário e mais jornalístico» (2019, p. 31). A autora cita algumas contribuições de mulheres para a fase: *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha da Mota Diniz; *Echo das damas*, de Amélia Carolina da Silva Couto; *A família*, de Josefina Álvares de Azevedo (que conseguiu encenar a peça *O voto feminino* no Rio de Janeiro, em 1878); *A mensageira*, de Presciliana Duarte de Almeida, entre outras. As mulheres só conseguiram de fato o direito de votar em 1932, no governo Getúlio Vargas, no entanto, devido ao golpe de Estado, elas só começaram a participar de fato da democracia em 1945.

Retomando o contexto educacional, Beatriz Nascimento (2019, p. 261) afirma que «pesquisas recentes baseadas nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1970 registram que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre ela e o homem branco». Isso leva a crer que o letramento e o avanço na escolarização foram realidade para parte da população das mulheres, mesmo em um cenário de desigualdade racial.

Outro item relevante é o Estatuto da Mulher Casada, que consta no Código Civil Brasileiro de 1916, artigo 242:

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

- I - praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235);
- II - alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, II, III e VIII, 269, 275 e 310);
- III - alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;
- IV - aceitar ou repudiar herança ou legado;
- V - aceitar tutela, curatela ou outro munus público;
- VI - litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251;

VII - exercer a profissão (art. 233, IV);

VIII - contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal. (Brasil, 1962).

Esse estatuto vigorou até 1962, tolhendo liberdades e ditando normas que incidiam diretamente sobre a autonomia da mulher. Houve as que agiram em prol de sua emancipação e colocaram-se no mercado de trabalho, mas a lei explicita a conjuntura social-política-jurídica em que elas estavam inseridas. O fim do Estatuto da Mulher Casada, juntamente com outros avanços, possibilitou que as mulheres tivessem seus empreendimentos, sem qualquer interferência masculina.

A fim de reunir elementos para pensar o campo letrado, procedemos a um levantamento das mulheres citadas na obra de Machado (2012). Nos títulos, é comum a menção a nomes de proprietários de livrarias antecedidos do nome do empreendimento. Para o mapeamento da obra, observamos o índice onomástico e, posteriormente, selecionamos todos os excertos com menções diretas e indiretas às mulheres. Das 1811 menções nominais totais, apenas 213 são de mulheres, incluindo pesquisadoras da área, agentes do campo livreiro e das redes de sociabilidade (escritoras, intelectuais, familiares). Destas, 65 figuram nas primeiras 328 páginas que retratam o cenário livreiro do Rio de Janeiro até a década de 1970. As demais, 148, aparecem nas 159 páginas finais do livro⁵. Encontramos, assim, uma grande disparidade no número de citadas quanto à proporção de páginas. Dentro de nosso enfoque, apesar dos avanços das mulheres em inúmeras áreas, elas estão ausentes das narrativas históricas sobre o campo literário no Brasil. Isso parece indicar que o trabalho das mulheres foi muitas vezes apagado ou desconsiderado para a formação do cânone.

5 A discussão qualitativa das mulheres mencionadas advém do artigo «O ofício do invisível: uma análise da presença de mulheres na obra *História das livrarias cariocas*, de Ubiratan Machado, até a década de 1970» publicado na Revista Eco-pós. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28245/15487. Acesso em: 06 fev. 2025.

Duarte (2022, p. 15), na obra *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história*, reflete sobre ausência e invisibilização: «[...] apesar de presentes no cenário literário desde o século XVIII, a produção das primeiras escritoras foi sistematicamente ignorada pelos historiadores, chegando, em muitos casos, a desaparecer como se nunca tivesse existido». Vale lembrar que muitas das que conseguiram subverter o sistema patriarcal da época, «publicando livros e fundando jornais», sofreram um processo posterior de alijamento: «Foram — em outras palavras — vítimas de memoricídio, conceito que designa o assassinato da memória e de uma cultura» (Duarte, 2022, p. 16). Movimento muito similar foi observado por Ribeiro (2017; 2020; 2023) no campo editorial. No ensaio *Subnarradas: mulheres que editam* (2020), a autora discorre sobre várias questões, como a presença das mulheres nos bastidores da edição sem ocuparem postos de prestígio e decisão; a inserção delas no campo a partir de uma herança familiar construída, inicialmente, por um homem; a descredibilização de seu trabalho em virtude do gênero; a urgência de narrar o «invisível». Assim, provocadas por tais inquietações, consideramos a importância de levantar quem são as mulheres presentes em livros de referência do universo letrado. Para isso, tomamos como ponto de partida duas obras seminais nos estudos do livro e livrarias: *O livro no Brasil*, de Laurence Hallewell, e *História das livrarias cariocas*, de Ubiratan Machado.

Mulheres nas obras brasileiras de referência nos estudos do livro

As obras que abordamos aqui são *O livro no Brasil - sua história*, já clássico volume de Laurence Hallewell, em sua edição de 2005 (a edição original é de 1985), e *História das livrarias cariocas*, de 2012,

escrito por Ubiratan Machado, ambos títulos incontornáveis para pesquisadores brasileiros do tema. A primeira é uma obra sobre a história e a evolução do livro no Brasil, abordando aspectos como a produção, a distribuição e o consumo de livros ao longo do tempo (até o final do século XX). Com capítulos que versam sobre os principais editores do país até então, Hallewell trata das transformações do mercado editorial brasileiro entre os séculos XIX e XX. Já o livro de Machado historia as livrarias no Rio de Janeiro, oferecendo um extenso panorama da atividade livreira no país, do fim do século XVII até os primeiros anos do século XXI. Há relatos de casos corriqueiros e personalidades que frequentavam os estabelecimentos. Dessa leitura, é possível perceber que as livrarias eram importantes «centros de atividades intelectuais e de sociabilidades literárias» (Baptistini, 2017, p. 10).

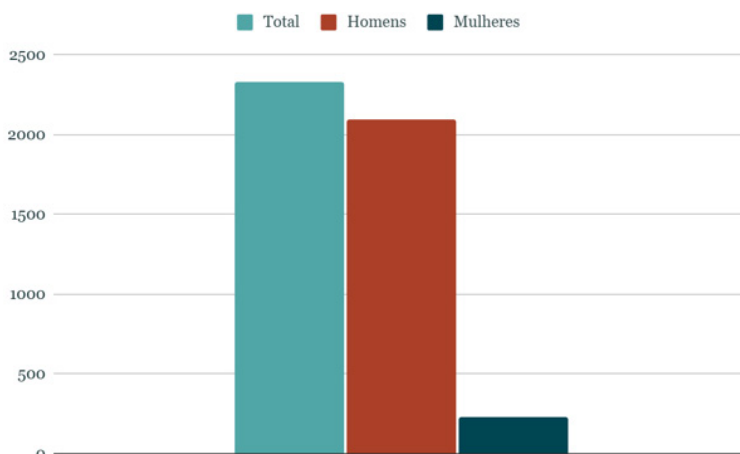
Realizamos a leitura a contrapelo das obras, analisando seus índices onomásticos, atentas às menções às mulheres. Posteriormente, tabulamos os dados e separamos as figuras femininas citadas por suas profissões. Nesse levantamento, encontramos os seguintes resultados:

Tabela 1
Comparação entre Hallewell (2005) e Ubiratan (2012).

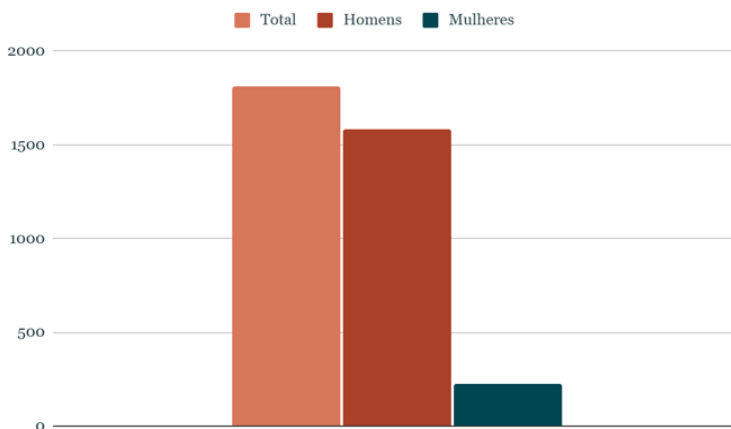
Obra	Número de Páginas	Menções Totais	Homens	Mulheres	Porcentagem
Hallewell (2005)	768	2330	2096	234*	10,04%
Machado (2012)	510	1811	1584	227*	12,53

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os gráficos a seguir permitem melhor visualização das proporcionalidades entre as figuras masculinas e femininas do mundo dos livros e da leitura, segundo as obras analisadas:

Gráfico 1*Homens e mulheres mencionados em Hallewell (2005).*

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 2*Homens e mulheres mencionados em Machado (2012).*

Fonte: Elaborado pelas autoras.

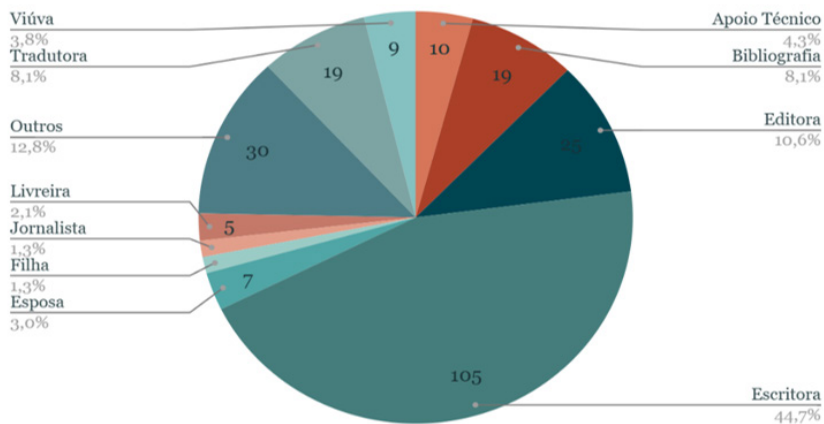
Em ambas as obras, consideradas das mais robustas sobre os círculos letrados no Brasil, encontramos percentuais abaixo de 13%

em referências às mulheres. Isso pode ser compreendido (e mesmo esperado) quando considerado um período histórico em que as mulheres tinham suas atividades impedidas ou cerceadas, inclusive na relação com a alfabetização e a leitura de livros. Os dois títulos, no entanto, avançam sobre o século XX e apresentam períodos posteriores às quatro ondas do feminismo propostas por Duarte (2019).

Outras perguntas precisam ser feitas a fim de que possamos compreender, com base nesses números, quem são as mulheres citadas e como figuram nas obras estudadas. Para isso, rastreamos as profissões a elas atribuídas. Importante relatar que, em vários casos, as mulheres são mencionadas por suas vinculações aos homens, como mães, esposas, viúvas ou filhas.

Gráfico 3

Vinculações, atividades e profissões das mulheres em Hallewell (2005).



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Do total total de 234 mulheres mencionadas em Hallewell (2005), 9 são *viúvas*, classe bastante relatada na obra, mas sem nomeação direta. Várias dessas figuras femininas não têm seus nomes explicitados, mesmo quando se trata das donas de tipografias dos séculos

XVIII e XIX. No entanto, a simples menção a elas já indica que, após a morte do marido, algumas davam prosseguimento aos empreendimentos, estabelecendo-se como mulheres de negócios.

As *escritoras* ocupam a maior parcela das menções nos livros desses autores (105, quase 45%). De fato, Simioni (2008) considera a escrita um espaço mais permeável às mulheres, mesmo em tempos passados, já que elas podiam atuar no ambiente doméstico. Há, enfim, nas obras de Hallewell e Machado, frequente menção a autores de ambos os gêneros decorrente da publicação de livros e de sua proeminência na cena editorial de suas épocas.

As 25 *editoras* citadas nas obras analisadas são mulheres que tiveram editora ou atuaram em uma. Destaca-se o baixo número das mencionadas nessa posição, a despeito de os volumes de Hallewell (2005) e Machado (2012) terem como tema central o livro e a edição no Brasil.

Figuram como *tradutoras* 19 mulheres, embora tal distinção não signifique exclusividade nas atuações. Muitas autoras eram também tradutoras. Essa, aliás, foi uma estratégia bastante utilizada por livreiros-editores cujo interesse era melhorar a remuneração de autoras de suas editoras.

Outras 10 mulheres aparecem como *apoio técnico*, abarcadas como auxiliares na indicação de originais ou dando acesso a documentos. O campo *bibliografia* contempla as mulheres citadas como fontes de consulta por meio de suas pesquisas e publicações.

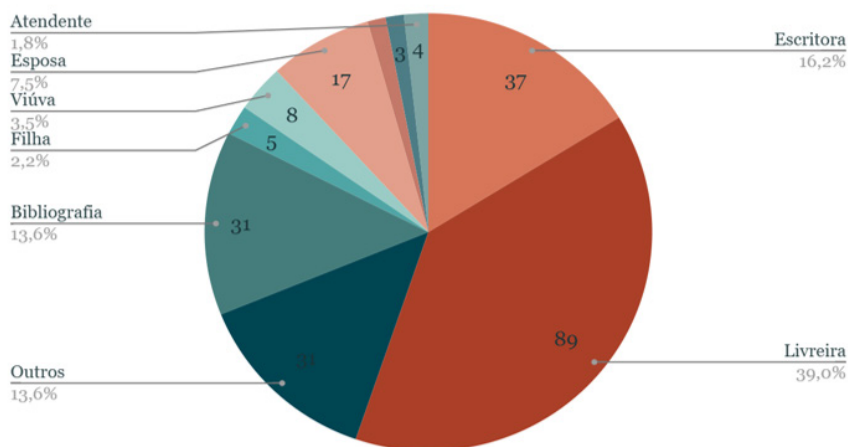
De maneira geral, a função de *livreiro/a* não figura nos registros históricos. Esse profissional aparece escassamente em publicações, à exceção das diretamente ligadas às livrarias, como em Machado (2012). Em Hallewell (2005), são citadas 5 *livreiras*, sendo uma delas Vera Pacheco Jordão, fonte primária para o capítulo sobre a editora José Olympio. Já no caso de *filhas* e *esposas*, aparecem 10, todas mencionadas por vínculos pessoais com homens do mundo letrado. Há também três *jornalistas*, fato relevante visto que o jornal foi, muitas vezes, espaço de emancipação da mulher como escritora e

intelectual. No grupo *outros*, aparecem atuações variadas: prostitutas, rainhas e membros da nobreza, atrizes, políticas etc.

Importante reiterar que as mulheres mencionadas podiam ocupar duas ou mais funções e atividades no universo da edição e do livro: jornalistas que são escritoras, escritoras que tiveram editoras e livrarias, entre outras interseções. Vejamos como isso se apresenta em Machado (2012), obra que trata especificamente do universo livreiro:

Gráfico 4

Vinculações, atividades e profissões das mulheres em Machado (2012).



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Mesmo sendo uma obra publicada mais recentemente, é possível notar que as mulheres se mantêm em menor número de menções como personagens e agentes do mundo do livro. Há, como se esperava, predominância de *livreiras* (quase 40% do total – baixo – de 89 mulheres). Em segundo lugar aparecem as *escritoras*. Na *bibliografia* surgem 31 menções, confirmando que mais mulheres foram lidas para a produção do livro de Machado. São mencionadas 30 figuras femininas como *filhas*, *esposas* e *viúvas*.

O caráter histórico da obra do autor remonta a um Brasil em que nem sequer existiam livrarias dedicadas apenas ao comércio de livros. Naquele contexto, as mulheres raramente podiam aparecer como intelectuais ou trabalhadoras. Suas existências são conhecidas por meio da narrativa sobre eventos acontecidos ou passagens com filhos e maridos.

Em toda a obra analisada, são mencionadas 4 *atendentes* de livrarias, 2 delas depois dos anos 1970. Na categoria *outros*, há variadas atividades, todas com apenas uma menção: química, arquiteta, atriz, cineasta, cantora, Ministra da Cultura da França, vitrinista, professora, prostituta, artista plástica, designer, política, entre outras⁶.

Aqui, cabe uma ressalva ligada ao viés narrativo dessas obras decorrente das fontes primárias consultadas. No capítulo sobre o editor José Olympio e sua famosa casa editorial, Hallewell (2005) revela que teve como fonte Vera Pacheco Jordão, esposa e trabalhadora nos empreendimentos do marido. É nesse mesmo capítulo que encontramos muito maior incidência de mulheres sobre as atividades do livro. Tanto a conjuntura social do período – momento em que as mulheres começavam a ocupar o espaço público de maneira mais intensa – quanto a consideração de quem é relevante nas redes de sociabilidade relatadas podem interferir nesse resultado. Eneida de Moraes, escritora e jornalista, aparece como fonte primária na obra de Machado (2012), sendo frequentemente mencionada nos capítulos

6 Em outra ocasião, abordaremos qualitativamente mulheres relevantes mencionadas nas duas obras: Clarice Lispector (escritora), Sandra Reimão (ensaísta e autora de obra constante da bibliografia), Eneida de Moraes (escritora), Francisca Julia (escritora), Cybelle de Ipanema (bibliografia), Jerusa Pires Ferreira (bibliografia), Rachel de Queiroz (escritora), Adalgisa Nery (escritora), Júlia Lopes de Almeida (escritora), Ana Maria Machado (escritora, livreira e editora), Olga Savary (escritora), Djanira (artista plástica), Cléo Marcondes Ferreira (filha e esposa), Maria Dolores Braun (amante e viúva) e viúva Azevedo (tipógrafa). As duas obras juntas contemplam um total de 461 mulheres, mas apenas quinze coincidem entre os dois livros. É preciso fazer uma ressalva: são duas obras com recortes diferentes, mas com grandes pontos de convergência. Trabalhamos com a hipótese de que as mulheres, principalmente a partir dos anos 1970, participaram ativamente do universo letrado, mas não conseguiram ocupar tantos postos de prestígio ou das redes intelectuais legitimadas, a ponto de serem consideradas parte da história do livro e da leitura no Brasil, com raras exceções.

sobre a Livraria Francisco Alves. De todo modo, ainda que surjam mulheres como figuras agentivas do mundo do livro e da edição no Brasil de eras passadas, elas ainda são poucas e superficialmente perfiladas.

Considerações finais

Neste artigo, propusemos algumas reflexões afetas à história das mulheres no que toca ao seu processo de letramento e às diversas opressões por elas sofridas, o que inclui a vida literária e editorial. Com base na leitura de uma bibliografia sobre feminismos e edição e na leitura a contrapelo de duas obras brasileiras de referência para os estudos do livro e da edição, buscamos dados que evidenciam como a história do livro e da leitura tem sido narrada, obviamente sem uma perspectiva crítica de cariz feminista. A ausência de figuras femininas denota não apenas lacunas nas dinâmicas do sistema literário e editorial, mas também, e antes, uma atribuição de relevâncias e importância filtrada sob certa perspectiva que podemos dizer patriarcal, a despeito de certa intenção «neutra» ao relatar a história a partir de alguma documentação. É claro que a ausência da mulher em espaços e posições públicas relevantes tem ecos tanto nos vestígios que ela deixa (ou não), quanto na vivacidade com que a narrativa se lembra ou não delas.

Passadas tantas décadas desde a atuação incipiente das mulheres no universo dos livros, o cenário atual mostra avanços importantes, num processo longo e contínuo (desde ao menos a luta pelo direito à educação/escolarização/alfabetização, reivindicação principal da primeira onda do feminismo). As mulheres hoje são maioria nas escolas e em cursos superiores brasileiros, apesar de, em muitos casos, ainda receberem salários mais baixos do que os homens, ainda que nas mesmas funções (Barros & Silva, 2018). Entendemos, aqui, que a história das mulheres do livro precisa de esforços e reforços

quanto à sua revelação e à incorporação de suas personagens à macro-narrativa oficial, tanto para mostrar a potência e as realizações de muitas precursoras (na edição, na tradução, à frente de livrarias e em outras atividades), quanto para que construamos o acervo dos registros memorialísticos que ficarão para o futuro, evitando, assim, novos memoricídios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, S., & Silva, L. (2018). Panorama da participação feminina na Educação Superior, no mercado de trabalho e na Sociedade. *Psicologia & Sociedade*, 30, p. 1-11. Recuperado em 14 outubro, 2025, de <https://ninho.inca.gov.br/jspui/handle/123456789/12820>.
- Buarque de Hollanda, H. (2019). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Carneiro, S. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista: formação e conceito*. (pp. 313-321). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Duarte, C. L. (2019) Feminismo: uma história a ser contada. In H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista: formação e conceito*. (pp. 25-48). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Duarte, C. L. (Org.). (2022). *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história*. (Vol. 1). Belo Horizonte: Editora Luas.
- Galetti, C., & Rivetti, J. (Orgs.). (2023). *Feminismos em movimento*. Belo Horizonte: Editora Luas.
- Hallewell, L. (2005). *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp.
- Lajolo, M., & Zilberman, R. (2019). *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.
- Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962 (1962). Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, DF, Recuperado em 07 janeiro, 2022, de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm.
- Lyons, M. (2012). *Historia de la lectura y de la escritura en el mundo occidental*. Buenos Aires: Editoras del Calderón.
- Machado, U. (2012). *História das livrarias cariocas*. São Paulo: Edusp.
- Nascimento, B. (2019) A mulher negra no mercado de trabalho e A mulher negra e o amor. In H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista: formação e conceito*. (pp. 259-264). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- Ramos, G. (2002). *Linhas tortas: obra póstuma*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.
- Revista ANL. (2012). *Quem já fez história na revista ANL*. Recuperado em 18 abril, 2024, de https://www.anl.org.br/site/novo/revista_edicao50.php.
- Ribeiro, A. E. (2021). *Subnarradas: mulheres que editam*. Rio de Janeiro/Copenhague: Zazie. Recuperado em 29 dezembro, 2021, de <https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/ANA-ELISA-RIBEIRO-7.pdf>.
- Ribeiro, A. E. (2019). Mulheres editoras: por um mapeamento das editoras de livros literários no Brasil. In F. O. Natália, L. D. Constancia, B. M. Juliana, & C. Cristiane (Orgs.). *Mulheres em Letras: diáspora, memória e resistência*. Viçosa, MG: Gráfica UFV.
- Ribeiro, A. E. (2023). *Como nasce uma editora*. Belo Horizonte: Entretantas Edições.
- Scott, J. (2019). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista: formação e conceito*. (pp. 49-82). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Simó-Comas, M. (2019). Esther Tusquets: la práctica editorial como praxis feminista. *Lectora*, 25, 197-210. Recuperado em 13 outubro, 2025, de <https://centaur.reading.ac.uk/84481/10/29841-67159-1-SM.pdf>.
- Simioni, A. P. C. (2008). *Profissão Artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Fapesp.